

RELATÓRIO TÉCNICO – UM GÊNERO COMO OBJETO DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA EM CURSOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS

Sueli Correia Lemes Valezi¹

RESUMO: Neste artigo, o gênero relatório técnico, observado como objeto de ensino nas aulas sobre a Língua Portuguesa em cursos de nível técnico e tecnológico do Cefet-MT, é analisado com base na teoria sobre gêneros do discurso e na literatura sobre a produção científica. Além de desenvolver a competência comunicativa dos alunos, essa prática de produção textual atende às novas exigências do mercado ocupacional e promove, ainda, um trabalho interdisciplinar entre áreas distintas. Este texto pretende, também, auxiliar os professores que desejam desenvolver práticas pedagógicas a partir dos gêneros textuais comumente usados na esfera profissional técnica.

PALAVRAS-CHAVE: Práticas pedagógicas, gêneros discursivos, ensino técnico profissionalizante.

ABSTRACT: In this article, the gender of technical report observed as a teaching subject in Portuguese Language classes of the technical and technological courses of CEFET-MT is analyzed based on the Theory of the Discourse Genders and at the literature about the scientific production. This practice of textual production has been developing the students' communicative competence as well as attending the new demands of occupational market and also promotes an interdisciplinary activity among distinct areas of knowledge. This paper seeks to offer a tool for the teachers who want to develop teaching practices based on textual genders in the professional technical sphere.

KEYWORDS: Teaching practices, discourse gender, technical professional education.

¹ Mestra em Estudos de Linguagem, pela UFMT; professora de Língua Portuguesa do Cefet-MT. E-mail: suelivalezi@uol.com.br.

INTRODUÇÃO

Os cursos técnicos e tecnológicos do Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso (Cefet-MT), devido ao caráter de formação profissional dos estudantes, apresentam, em suas grades curriculares, habilidades que objetivam desenvolver a produção de relatórios técnicos como sendo uma das práticas esperadas para os profissionais da atualidade. Como docente de cursos como o curso técnico de nível médio de Construções Prediais e o curso de nível tecnológico de Controle de Obras, temos participado, desde 2003, desse novo cenário de ensino técnico profissionalizante, em que, mesmo diante de muitas incompreensões, algumas práticas pedagógicas foram alteradas. Uma delas é o ensino de Língua Portuguesa, que precisou ser repensado a fim de atender à nova realidade de formação do aluno. Diante dos desafios de se pensar em novas práticas, visualizamos, nessa esfera de atividade escolar, uma forma de reunir duas teorias: a Análise de Discurso, com orientação para a linha dos estudos sobre os gêneros textuais, e a Metodologia da Pesquisa, com as orientações para a produção do trabalho técnico científico. É uma tentativa de reunir conhecimentos e promover a aprendizagem da Língua Portuguesa, atendendo ao caráter instrumental exigido nos referidos cursos em que trabalhávamos. Para tanto, com a prática, acabamos por adaptar a estrutura de um trabalho monográfico científico, no intuito de atender à proposta do curso e ensinar os alunos a desenvolverem a competência de produzir relatório técnico para, profissionalmente, desempenharem o seu papel de modo eficiente.

Partindo das teorias desenvolvidas sobre os Gêneros do Discurso (BAKHTIN, 2000; MAINGUENEAU, 2004) e de conceitos da Metodologia Científica (MARCONI e LAKATOS, 2006), analisamos o gênero relatório técnico e pudemos constatar que um gênero enraizado no meio acadêmico está sendo utilizado a fim de atender aos objetivos de um curso que visa à profissionalização do indivíduo. Os responsáveis por ministrar as aulas sobre relatório técnico são os professores com habilitação em Língua Portuguesa. No entanto, para a produção desse gênero discursivo, exige-se

conteúdo teórico e trabalho prático em várias outras habilidades técnicas. Faz-se necessário, nesse caso, realizar um trabalho interdisciplinar, pois as atividades de produção de relatórios acontecem a partir de atividades práticas da área de formação profissional específica do curso.

Neste artigo, pretendemos realizar uma amostragem do contexto ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa em cursos profissionais técnicos e tecnológicos, a fim de caracterizar teoricamente o gênero relatório técnico, como também demonstrar que está havendo um processo de transformação de um gênero discursivo que, partindo de velhas bases, firma-se como um novo modelo de texto para funcionar como objeto de ensino. O gênero torna-se emergente e, de acordo com Bakhtin (2000, p. 279), a flexibilização constitui uma característica dos gêneros, já que eles são conceituados como “tipos relativamente estáveis de enunciados”. Com base nesse contexto teórico lingüístico e contexto de ensino-aprendizagem, percebe-se a construção de um novo modelo para atender a uma outra “esfera de atividade humana”.

ESFERA DE ATIVIDADE HUMANA

Este trabalho tem por objetivo apresentar uma reflexão empírica ocorrida a partir de nossa experiência como professora de cursos técnicos modulares e cursos superiores de nível tecnológico. A experiência a que nos referimos provém de nosso envolvimento em alguns cursos, principalmente os da área da Construção Civil, desde quando eles estavam sendo construídos, passando por sua implantação e aprovação pelo MEC.

Como o Cefet-MT deveria se moldar às novas propostas de ensino profissionalizante de acordo com as exigências do MEC, foram criados os cursos modulares, cuja estrutura curricular foi organizada a partir das bases curriculares dos antigos cursos de regime integrado e pós-médio. No curso de Construções Prediais, as disciplinas receberam outra roupagem, ou seja, os conteúdos necessários à formação do profissional técnico passaram a ser ministrados por meio de habilidades e competências. Não foi diferente com o curso superior de Tecnologia em Controle de

Obras, pois sua grade curricular também foi organizada a partir de módulos e blocos, competências e habilidades.

Entre as habilidades propostas no curso, estão aquelas que se inscrevem na área de linguagens, mais especificamente no ensino-aprendizagem da língua materna. Segundo o plano de curso, a língua portuguesa é vista como base instrumental, privilegiando-se textos sobre temas específicos da área técnica, a fim de se desenvolver a prática de produção de leitura e textos.

Diante da exigência de novas práticas pedagógicas, observamos que, nas atividades a serem desenvolvidas na habilidade de Redigir Relatórios Técnicos, era possível lançar mão de uma proposta de ensino em que convergissem áreas de conhecimentos distintos, mas, ao mesmo tempo, complementares em um curso técnico.

De acordo com os novos Paradigmas do Ensino de Língua Materna, o professor deve utilizar os gêneros textuais como objeto de ensino em suas aulas. Baseados em teorias lingüísticas da atualidade, propõem, ainda, que o ensino de língua materna seja feito por meio de textos com o objetivo de:

[...] expandir o uso da linguagem em instâncias privadas e utilizá-la com eficácia em instâncias públicas sabendo assumir a palavra e produzir textos – tanto orais como escritos – coerentes, coesos, adequadas a seus destinatários, aos objetivos a que se propõem e aos assuntos tratados (GOVERNO FEDERAL, 2000, p. 41).

Atendendo-se aos Parâmetros Curriculares e ao mesmo tempo à proposta de ensino na habilidade de Redigir Relatórios Técnicos, convergem duas áreas. Visualiza-se, portanto, a possibilidade de basear-se na teoria dos Gêneros do Discurso a fim de atender aos objetivos dos cursos técnicos e tecnológicos. É um gênero textual sendo utilizado como objeto de ensino da Língua Portuguesa.

Para a produção dos relatórios, os alunos precisam apreender as características do gênero, como estrutura composicional, estilo, tema e função, e também acionar conhecimentos teóricos e práticos de várias áreas ou habilidades do curso do qual faz parte. Tem-se, nesse caso, um traba-

lho interdisciplinar, visto que o relatório constitui uma prática de produção comum em várias habilidades. Essa exigência parte da premissa de que novas práticas discursivas estão se tornando comuns nas empresas, em especial as da Construção Civil. A urgência pelo desenvolvimento da competência textual, com ênfase para a escrita, tem sido construída pelo mercado ocupacional ao exigir um novo perfil de profissional, e pelo crescimento cada vez maior do universo da cultura letrada.

Assim, a linguagem, através de textos escritos, torna-se mediadora entre práticas sociais de produção e troca de informação:

Nesse contexto de trocas materiais e culturais, de busca pela informação e posterior utilização desta para construção do conhecimento, a linguagem se inscreve como sistema mediador de todos os discursos. Em função dessa potencialidade de mediar nossa ação sobre o mundo (declarando e negociando), de levar outros a agir (persuadindo), de construir mundos possíveis (representando e avaliando)), aumenta a necessidade e a relevância de novas práticas educacionais relativas ao uso de diferentes gêneros textuais e aos requisitos de um letramento adequado ao contexto atual (MEURER e MOTTA-ROTH, 2002, p. 10).

Assim, os cursos técnicos e tecnológicos propõem novas práticas discursivas a fim de atender às práticas sociais emergentes no mundo do trabalho e, assim, desenvolve-se uma nova forma de letramento (SOARES, 2003, p. 47), pois, com a produção de relatório, o aluno passa a cultivar a escrita a partir da utilização de um gênero textual exigido em uma “dada esfera de atividade humana”.

A TEORIA SOBRE OS GÊNEROS

Podemos reconhecer, nesta pesquisa, que o gênero relatório constitui um instrumento de comunicação utilizado em três campos discursivos distintos: o meio acadêmico de graduação e pós-graduação, o curso técnico e o contexto profissional. Embora o texto, nos referidos contex-

tos, apresente estrutura que possa ser semelhante, ou seja, características do gênero de base estrutural comum, admite-se, pela teoria bakhtiniana, que constituem gêneros discursivos diferentes, por se tratarem de práticas humanas em campos diferentes.

Sobre gêneros instituídos pela prática social, Bakhtin (2000, p. 279) teoriza:

A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera de atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais –, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolivelmente no todo do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso.

Com base na definição de Bakhtin, temos a instituição escolar reconhecida como uma esfera de atividade humana que está utilizando um gênero textual como objeto de ensino.

Marcuschi (2002, p. 22) retoma as três características que Bakhtin estabelece ao gênero e elege a expressão gênero textual como sendo a mais adequada para se referir aos “textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sociocomunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica”.

De acordo com Pilar (2002, p. 160), o gênero textual é “um tipo específico de texto, caracterizado e reconhecido pela função especí-

fica, pela organização retórica mais ou menos típica e pelo contexto onde é utilizado”.

Citando, ainda, Maingueneau (2004, p. 61), temos a definição de gêneros do discurso como sendo “[...] dispositivos de comunicação que só podem aparecer quando certas condições sócio-históricas estão presentes”.

Esse mesmo autor cita, entre os exemplos, o relatório de estágio como um gênero existente apenas em função do relacionamento entre empresas e estudantes que procuram experiência profissional, de professores para aplicação e avaliação de atividades escritas, além de um sistema aberto ao mundo do trabalho.

Ainda conceituando gêneros, Maingueneau diz que eles são úteis devido a um fator de economia cognitiva, e também como forma de assegurar a comunicação. Para tanto, ele cita Bakhtin: “[...] Se os gêneros do discurso não existissem e se não tivéssemos o domínio deles e fôssemos obrigados a inventá-los a cada vez no processo da fala, se fôssemos obrigados a construir cada um de nossos enunciados, a troca verbal seria impossível” (ibid, p. 63).

A noção de gênero foi concebida a partir de obras literárias da antiguidade clássica. Recentemente, essa noção foi estendida para todos os tipos de produções verbais. Bakhtin construiu sua teoria sobre gêneros estudando obras literárias, como os romances de Dostoiévski. Classificou os gêneros em primários e secundários, que englobam, respectivamente, os textos orais e os textos escritos.

Apesar de a classificação triádica de Bakhtin – tema, estilo, estrutura composicional – ser considerada necessária para a análise de gêneros, foi na teoria de Maingueneau (ibid, p. 66) que encontramos uma caracterização mais detalhada para compreender melhor os critérios e as condições de êxito para a realização de um gênero discursivo. Ei-los:

a. Uma finalidade reconhecida – todo gênero do discurso visa a certa finalidade, e ela se define ao se responder à questão: “Estamos aqui para dizer ou fazer o quê?”;

b. O estatuto de parceiros legítimos – nos gêneros do discurso já estão predeterminados os papéis que desempenharão o enunciador e o co-enunciador;

c. O lugar e o momento legítimos – o contexto histórico e geográfico é algo constitutivo do gênero, englobando os espaços convencionais, a periodicidade, a duração de encadeamento, a continuidade e a validade;

d. Um suporte material – todo gênero, para se realizar, necessita de veículo de comunicação. A simples mudança de meio, de suporte material, modifica o gênero;

e. Uma organização textual – o gênero, ao se materializar, apresenta os modos de encadeamento de seus constituintes: das frases aos seus conjuntos maiores.

Além dessa caracterização, Maingueneau recorre a três elementos: o *contrato* – aceitação de regras e sanções reconhecidas pelo enunciador e co-enunciador; o *papel* – cada gênero implica os parceiros sob a ótica de uma condição determinada e não de todas as suas determinações possíveis; o *jogo* – os participantes devem observar as regras preestabelecidas e a possível transgressão delas fará com que o participante se veja “fora do jogo”.

Sobre esse último aspecto, Maingueneau ressalta a possível ocorrência da flexibilização das regras do discurso, diferentemente das regras de um jogo comum. Como as regras dos gêneros do discurso não são totalmente rígidas, eles podem se transformar. E admitir a não-estaticidade dos gêneros faz parte também da teoria bakhtiniana, assinalada na afirmação de que eles constituem “tipos *relativamente* estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 2000).

Essa flexibilização ocorre devido às transformações da sociedade e às mudanças nos contextos de produção. Partindo dessa característica, é possível considerar o relatório técnico como um gênero que está em processo de construção, devido às mudanças provenientes das novas exigências do meio profissional. É o que veremos na descrição do gênero.

AS BASES PARA A CONSTRUÇÃO DO GÊNERO RELATÓRIO TÉCNICO

A proposta de utilizar o gênero relatório como objeto de ensino nos cursos técnicos e tecnológicos atende ao objetivo de desenvolver a competência comunicativa dos alunos no uso de gêneros escritos. Espera-se, com essa produção, desenvolver a capacidade de pesquisa bibliográfica, de síntese e de registro organizado de acordo com as normas técnicas que regulamentam as atividades práticas da atividade profissional.

Nessas atividades de produção, comumente os professores partem do pressuposto de que o aluno, ao ingressar nos cursos de nível técnico e tecnológico, já “dominam” o código escrito da língua, ou seja, a norma culta, pois já cursaram o nível básico. No entanto, devido às deficiências particulares na formação de cada aluno, deparamo-nos com as tão conhecidas murmurações diante de uma atividade de produção escrita. Como não adquiriram tal competência, é de praxe delegar a responsabilidade de resolver essas lacunas na aprendizagem da produção escrita ao professor de Língua Portuguesa.

Deixando essa questão para outra oportuna discussão, retomemos os requisitos necessários para que o aluno produza o relatório técnico: domínio de regras que determinam a produção escrita técnica, conteúdos da disciplina de Metodologia da Pesquisa Científica, como a estrutura e o estilo do texto acadêmico, e as normas da ABNT que regem o trabalho científico. Como empregar normas técnicas da ABNT constitui prática comum em quase todas as atividades desenvolvidas pelos engenheiros, a produção do relatório técnico não poderia estar em desacordo com essa prática.

Existem várias propostas de estrutura de relatórios técnicos sugeridos por autores da área da Metodologia Científica. Inicialmente, apresentamos o conceito de Azevedo (2000, p. 50) sobre trabalho científico: “texto escrito para apresentar os resultados de uma pesquisa desenvolvida, como parte de cumprimento de exigências funcionais acadêmicas. [...] Como todo trabalho científico, cada uma destas tarefas representa a

etapa final de uma investigação”.

O autor propõe o modelo que ele denomina de IRMRDC, as iniciais da seguinte estrutura: Introdução; Revisão de Literatura; Materiais e Métodos; Resultados; Discussão; Conclusão.

Há ainda referência aos itens complementares, como as referências bibliográficas, anexos ou apêndices, índice e glossário. No transcorrer de sua explanação sobre o assunto, o autor admite não existir uma maneira única de organizar um texto científico, porque quem irá estabelecer um paradigma para o trabalho será a instituição para a qual o texto for dirigido.

Já Medeiros (2000, p. 188) conceitua trabalhos científicos como sendo “variados tipos de textos elaborados segundo estrutura e normas preestabelecidas” e entre eles está a monografia, concebida como “uma dissertação que trata de um assunto particular de forma sistemática e completa”. Ele sugere a seguinte estrutura composicional: Introdução, contendo informações sobre o objeto estudado e sobre o objetivo do texto, justificativa, problematização e metodologia da pesquisa; revisão de literatura; desenvolvimento, contendo exposição de argumentos, contra-argumentos e provas; conclusão; apêndice; bibliografia.

Pelos relatos colhidos entre alguns professores da área técnica e por alunos que trabalham em empresas que desenvolvem atividades na área da Construção Civil, é possível identificar três modelos comuns nas práticas discursivas dos profissionais da atualidade:

1. *Relatório-formulário*: considerados de estrutura simples, porque geralmente compõem-se de uma ficha previamente elaborada pela empresa, para que, no final do dia, possa ser preenchida com dados que o empregado obteve a partir de suas atividades profissionais.

2. *Relatório IDC*: composto de uma estrutura bastante comum: introdução, desenvolvimento e conclusão.

3. *Relatório mais elaborado*: com: a) capa; b) apresentação – caracteriza-se como sendo uma “introdução”; c) ensaios efetuados – registro da primeira parte dos métodos usados; d) metodologia – continuidade de registros sobre os métodos, com o acréscimo dos materiais

utilizados; e) resultados obtidos – registro das discussões; f) considerações finais; g) última página com o local, data e identificação da empresa.

Como é comum a utilização de normas técnicas para as atividades práticas em laboratórios, exige-se também fazer uma leitura da NBR 10719/1989, que trata exclusivamente da elaboração e apresentação de relatórios técnico-científicos. De acordo com essa norma, o relatório técnico é concebido como:

Documento que relata formalmente os resultados ou progressos obtidos em investigação de pesquisa e desenvolvimento ou que descreve a situação de uma questão técnica ou científica. O relatório técnico apresenta, sistematicamente, informação suficiente para um leitor qualificado, traça conclusões e faz recomendações. É estabelecido em função e sob a responsabilidade de um organismo ou de uma pessoa a quem será submetido (NBR 10719/1989, p. 1).

Essa definição traduz o caráter técnico-científico do gênero e por isso atende às necessidades de se registrar as atividades práticas desenvolvidas nos cursos, pois, de acordo com o seu modelo de estrutura composicional, é possível organizar as informações essenciais para que se verifique o percurso que o aluno teve que seguir para adquirir os conhecimentos de uma determinada habilidade.

Vejamos como a norma orienta a estruturação do gênero relatório técnico, composto de três partes fundamentais: preliminares ou pré-texto; texto e pós-liminares ou pós-texto.

a. Pré-texto: capa; folha de rosto; prefácio (apresentação); resumo; lista de símbolos, unidades, abreviaturas; lista de ilustrações; sumário.

b. Texto: introdução; desenvolvimento, dividido em seções conforme a necessidade da pesquisa, podendo ser composto de descrição de métodos, teorias, procedimentos experimentais, discussão de resultados; conclusões e/ou recomendações.

c. Pós-texto: anexos; agradecimentos; referências bibliográficas; glosário; índice; ficha de identificação do relatório; lista de destinatários, terceira e quarta capas.

Essa orientação dada pela norma contempla o modelo que está sendo usado nos cursos técnicos e tecnológicos da área da Construção Civil: capa; folha de rosto; introdução; referencial teórico; materiais e métodos, resultados e discussões, conclusão; e referências bibliográficas.

Além dessa descrição técnica do gênero relatório feita nesta seção, consideramos relevante realizar também uma caracterização do gênero a partir da teoria dos Gêneros do Discurso. É o que fazemos a seguir.

RELATÓRIO TÉCNICO: UM GÊNERO COMO OBJETO DE ENSINO

Pelas considerações de Bourdieu, segundo Silva (1996, p. 63), o comportamento lingüístico do usuário da língua reflete o mercado lingüístico em uso, “em especial, baseado em trocas simbólicas de uma comunidade”. No caso em análise, é o mercado ocupacional que está determinando a inserção de uma prática que antes não era comum na área da engenharia.

Como o mercado ocupacional tem exigido, progressivamente, um profissional apto a desenvolver práticas sociais de leitura e escrita, mais especificamente que seja letrado em sua respectiva área, dominando as “formas lingüísticas de prestígio” da área técnica, admite-se que a implantação da habilidade de Redigir Relatórios Técnicos constitui uma prática esperada dentro das necessidades desse mercado ocupacional. Nesse caso, visualiza-se uma prática real dentro de uma esfera de atividade humana competitiva e, conseqüentemente, afuniladora. Engendra-se um gênero, portanto, de acordo com as necessidades do grupo social:

As ações de linguagem se concretizam discursivamente dentro de um gênero de discurso como um processo de decisão. Nas mesmas condições contextuais, para um mesmo referente, os discursos produzidos podem apresentar características diferentes. [...] Essa decisão vai depender do gênero discursivo em uso no grupo social e de um cálculo de sua pertinência e de sua eficácia em relação ao objetivo da ação (BRANDÃO, 2001, p. 26).

Antes de iniciar especificamente a caracterização do gênero relatório, é importante ressaltar que, de acordo com Brandão (ibid., p. 37), inspirada em Bakhtin, “quando o aluno fala/escreve ou ouve/lê um texto, ele antecipa ou tem uma visão do texto como um todo acabado justamente pelo conhecimento prévio do paradigma dos gêneros a que ele teve acesso nas suas relações de linguagem”. Todavia, o aluno recém-chegado ao curso técnico de Construções Prediais não tem esse reconhecimento prévio de que fala Brandão. Para Bakhtin, há gêneros discursivos apreendidos pelo indivíduo antes mesmo de sua aquisição da língua e da gramática, como por exemplo a missa ou a festa infantil. Os alunos do curso técnico certamente já têm internalizados muitos gêneros em seu cotidiano social. No entanto, eles não reconhecem o gênero relatório, à primeira vista, por ser ele incomum em suas práticas sociais. Assim, acabam considerando a produção que lhes é proposta como uma atividade extremamente complicada, em consequência da não familiaridade com o gênero.

A fim de familiarizar os alunos com os gêneros textuais incomuns ao cotidiano, o professor apresenta modelos de textos para que eles apreendam as características do gênero. Da mesma forma ocorre nos cursos técnicos e tecnológicos, pois são oferecidos, aos alunos, relatórios-modelo a fim de serem analisados para, em seguida, produzirem seus relatórios². O material constitui, portanto, um modelo para a futura produção a ser feita pelo aluno, além também de caracterizar cada uma das divisões e subdivisões do relatório. Todas as orientações para a produção são baseadas em normas da ABNT.

Um gênero, segundo Maingueneau (2004, p. 63), é útil por constituir-se em “um fator de considerável *economia* cognitiva”. Na tarefa de produzir um relatório, o aluno terá que sintetizar as informações teóricas e práticas

2 A referência à apresentação de modelos de relatórios é também mencionada em um artigo de Gregório (2006, p. 86). Nele, a autora diz que a estrutura desse gênero, de acordo a literatura analisada por ela, é “insuficiente para a eficaz produção do gênero, por isso é necessário que o aluno observe vários exemplos de relatório, analise seu conteúdo, forma, aspectos gramaticais, e conheça as condições de produção e de circulação do relatório [...]”.

apreendidas no transcorrer das aulas do módulo ou semestre letivo e organizá-las em um texto de acordo com uma estrutura predeterminada. Há, assim, uma economia de tempo e de cognição, pois o aluno parte de uma escolha já feita pelo curso e selecionará apenas o que considera importante registrar em seu trabalho para ser avaliado pelo professor.

Além dessas considerações sobre a prática da produção de textos nos cursos técnicos e tecnológicos, analisamos a seguir o relatório técnico com base nas características propostas por Maingueneau (2004, p. 65) para se definir um gênero:

a. Uma finalidade reconhecida – o relatório tem como objetivo registrar os conhecimentos adquiridos pelo aluno durante algumas aulas teóricas e práticas dos cursos. Considerado também um instrumento de avaliação, o relatório servirá para que os professores envolvidos no processo de produção verifiquem se os objetivos de suas respectivas habilidades foram alcançados.

b. O estatuto de parceiros legítimos – na instituição escolar, os papéis de enunciador e co-enunciador já são reconhecidamente enraizados pela experiência das partes envolvidas no processo de produção. No gênero discursivo aula, o professor cumpre o seu papel de enunciador, ou seja, ele controla e retém a troca de informações, enquanto o aluno é o co-enunciador dessa atividade discursiva, pois este deve decodificar as informações e registrá-las em seu acervo cognitivo. Já na produção de relatório, invertem-se os papéis de enunciador e co-enunciador: é do aluno que parte a fala e ela é dirigida ao professor. Mesmo assim, a posição de autoridade ainda é do professor, por ser ele o “detentor” do conhecimento que estará sendo registrado no relatório. Essa autoridade é reconhecida na enunciação por Bourdieu, citado por Maingueneau (1997, p. 37), ao dizer que este reconhecimento acontece gratuitamente desde que haja legitimação de algumas condições, como a pessoa que fala, a situação, os destinatários e ainda as formas sintáticas, fonéticas e outras que formam o enunciado.

c. O lugar e o momento legítimos – a escola, considerada uma esfera pública de interação social, constitui um local legítimo para insti-

tucionalizar um gênero. Esse lugar social de articulação de discursos, permeado por esferas privadas/cotidianas e públicas, tem o intuito de construir um sujeito social capaz de atuar na vida pública. O sujeito-educando, que geralmente tem experiência apenas com os gêneros primários, cotidianos e privados, insere-se em uma instituição a fim de adquirir experiência dentro das esferas públicas de discurso. O aluno precisa ver o espaço e o período escolar como legítimos para a busca de recursos comunicativos que construirão sua competência comunicativa na produção de textos escritos e orais. No caso do relatório técnico, visualiza-se uma atividade interativa entre professores e alunos. É a partir dessa produção que se verificará a competência comunicativa do futuro técnico.

d. Um suporte material – a dimensão midialógica do relatório é restrita. Não se espera uma publicação de larga escala, como no caso de uma notícia, pois no relatório são poucos os interlocutores envolvidos: o aluno, ou a turma, e alguns professores. O relatório deve ser impresso – papel como suporte –, mas também utilizam o computador para a sua produção. O computador é exigido devido ao atendimento às normas da ABNT de composição e apresentação gráfica do relatório. Com raras exceções são permitidos relatórios manuscritos, pois, ao utilizar esse suporte material, o aluno dificilmente estará atendendo às normas de apresentação de acordo com a ABNT.

e. Uma organização textual – de acordo com Maingueneau (1997), essa característica pode ser melhor analisada pela Lingüística Textual. Todavia, é possível dizer que identificar a organização textual equivale a identificar a estrutura composicional, conforme a classificação triádica de Bakhtin. Assim, a estrutura exigida para a produção do relatório técnico, de acordo com as práticas pedagógicas nos cursos de Construções Prediais e Controle de Obras, proposto inicialmente por Conciani (2002), é a seguinte:

Capa e folha de rosto: identificação do trabalho, com o nome da instituição, do departamento ao qual o curso está ligado, título do trabalho, autores, local e data.

Introdução: apresentação dos aspectos gerais do trabalho, importância do assunto a ser pesquisado e os objetivos do trabalho.

Referencial teórico: registro das informações da literatura técnica acerca do trabalho em curso. Espera-se do autor um registro dos conceitos teóricos que se relacionam com o trabalho técnico. Trata-se de uma organização crítica dos principais conceitos sobre o tema abordado no texto.

Materiais e métodos: descrição rigorosa dos materiais empregados no trabalho e os métodos (ou procedimentos) adotados para estudos e análises.

Resultados e discussões: apresentação dos resultados e discussões para, logo em seguida, proceder a uma avaliação de sua qualidade a partir da comparação com valores teóricos e/ou usuais, conhecidos da literatura ou da prática profissional. Deve-se também fazer uma análise desses resultados conforme a metodologia proposta no item materiais e métodos.

Conclusões: notas que encerram o trabalho, deixando evidentes os resultados finais e/ou recomendações do autor.

Bibliografia: obras consultadas e/ou citadas no texto.

Cada um desses capítulos deverá obedecer às normas técnicas da ABNT sobre apresentação de trabalhos, principalmente com relação à formatação. Além disso, a linguagem a ser utilizada no relatório deve seguir as regras determinadas pela norma padrão da língua, mais especificamente uma linguagem característica do discurso dissertativo de caráter científico. Espera-se, ao exigir essa linguagem, que o texto seja objetivo, claro e preciso.

Ainda com relação à linguagem, verifica-se uma tentativa de incorporar características típicas do discurso científico, como a objetividade e a impessoalidade. No entanto, ao analisar algumas dezenas de relatórios, verificamos a ocorrência de uma intersecção entre os discursos científico e técnico, pois não se percebe o rigor lexical da linguagem científica, mas sim a inclusão de um jargão técnico próprio de iniciantes de uma profissão e de um registro lingüístico mais coloquial, proveniente do universo familiar e social do aluno-produtor. A concisão e a precisão, características extremamente exigidas nas práticas dos profissionais da área técnica, são percebidas nos textos por estes apresentarem, na maioria dos casos, uma linguagem simples e bastante sintética. Além disso,

geralmente, as partes de *materiais e métodos* e *resultados e discussões* são construídas utilizando-se a estrutura em tópicos e tabelas.

Como se pode observar, o relatório técnico, inicialmente, é considerado neste artigo como um gênero didatizado, pois ele atende a uma função comunicativa, cognitiva e institucional³ dentro do contexto escolar e com objetivos pedagógicos. Nesta pesquisa, esse gênero está condicionado a uma prática sócio-discursiva escolar, com vistas a uma prática sócio-discursiva profissional. As condições de produção de um relatório nas esferas de atividades – a escola e a profissão de técnico da construção civil – são diferentes, pois, enquanto a primeira situa-se num contexto de aprendizado em que as relações são flexíveis e permite-se refazer um texto várias vezes, a segunda exige maior precisão do produtor, não permitindo, na maioria das vezes, que o texto seja refeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atendendo, portanto, às exigências dos cursos e, ao mesmo tempo, seguindo as orientações dos Novos Paradigmas de Ensino de Línguas, vemos que essa proposta de ensino do gênero relatório técnico constitui uma estratégia para se desenvolver a competência comunicativa dos alunos e, assim, atingir os objetivos da produção escrita.

Optamos por realizar a descrição do gênero relatório técnico tentando fazer valer, na prática, alguns conceitos que estão inscritos nas teorias lingüísticas, as quais serviram de base para que os representantes das instâncias públicas criassem paradigmas educacionais como forma de “nortear” o trabalho do professor. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, o professor de língua portuguesa deve desenvolver seu trabalho com textos e, para que isso se realize, ele necessita inserir, em suas práticas educacionais, os gêneros textuais. Em quaisquer níveis de

3 Sobre as funções dos gêneros textuais, Marcuschi (2002, p. 20) diz que eles “surtem, situam-se e integram-se funcionalmente nas culturas em que se desenvolvem” e são caracterizados “muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais do que por suas peculiaridades lingüísticas e estruturais”.

ensino é possível desenvolver práticas de ensino de línguas a partir do trabalho com gêneros textuais, conforme orientam os Parâmetros Curriculares. No contexto analisado, conforme descrito, também é possível.

Haveria gêneros ideais para o ensino de línguas? Deve-se admitir que a escolha do gênero deve ocorrer de acordo com as necessidades socio-comunicativas do grupo social dos alunos, ou do contexto profissional para o qual eles estão sendo preparados. A forma do gênero é importante, mas não será ela que determinará as escolhas, pois ele é determinado pelos objetivos do falante, ou seja, é uma questão de uso.

Mesmo sabendo que muitos gêneros são apreendidos pelo indivíduo, em seu convívio social, a escola constitui o espaço legitimado para a aquisição dos gêneros secundários. Geralmente, para esses gêneros, exige-se do aluno um domínio de construções lingüísticas próprias da escrita, no caso as normas da língua-padrão. É o caso do relatório técnico, mas também de muitos outros gêneros a serem trabalhados com os alunos, pois constitui uma exigência social e até mesmo é uma forma de ascensão profissional, conforme os discursos midiáticos, familiares ou mesmo legitimados lingüisticamente. No entanto, mesmo sendo consensual, não se pode admitir que o não-domínio da norma culta seja um fator de entrave para que os alunos produzam seus textos com eficiência e sucesso. É preciso que os professores-pesquisadores desenvolvam um olhar perscrutador para encontrar caminhos verdadeiramente eficazes em suas práticas. Pode-se não remover totalmente a pedra no caminho da produção escrita dos nossos alunos, mas é possível lapidá-la minuciosamente até que eles possam transpô-la sem medos e hesitações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Apresentação de relatórios técnico-científicos*. NBR 10719/1989. Rio de Janeiro: ABNT, 1989.

AZEVEDO, I. B. *O prazer da produção científica*. 8. ed. São Paulo: Editora Prazer de Ler, 2000.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRANDÃO, H. N. (Coord.). *Gêneros do discurso na escola: mito, conto, cordel, discurso político, divulgação científica*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Aprender e Ensinar com Textos, v. 5).

CONCIANI, W. *Roteiro para elaboração de relatórios e trabalhos*. Cuiabá: CEFETMT, 2002.

GOVERNO FEDERAL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

GREGÓRIO, N. B. S. A produção do gênero discursivo relatório no ensino superior. In: GUIRALDELO, C. M. (Org.). *Língua Portuguesa no ensino superior: experiências e reflexões*. São Carlos: Claraluz, 2006.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. 3. ed. Campinas: Pontes/Editora da UNICAMP, 1997.

_____. *Análise de textos de comunicação*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P. et al (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MEDEIROS, J. B. *Redação científica*. A prática de fichamentos, resumos, resenhas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). *Gêneros textuais*. Bauru-SP: EDUSC, 2002.

PILAR, J. A redação de vestibular como gênero. IN: MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). *Gêneros textuais*. Bauru-SP: EDUSC, 2002.

SCHERRE, M. M. P. (Orgs.). *Padrões sociolinguísticos*. Análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/Deptº de Linguística e Filologia da UFRJ, 1996.

SILVA, G. M. O. Variáveis sociais e perfil do *corpus* censo. In: SILVA, G. M. O.; SOARES, M. *Letramento*. Um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

